

Relato e Reflexões de uma Professora de Libras no Ensino Superior

JUSIANY PEREIRA DA CUNHA DOS SANTOS¹

Doutoranda em Educação em Ciências e Matemática – REAMEC/ UFMT.
Professora da Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente –IEAA / UFAM.
Pesquisadora no Grupo de Pesquisa em Formação de Professores e Ensino de Ciências.

Abstract:

This work deals with an experience report, who is choice for the theme of inclusion originates from the concerns that were present during the personal and professional trajectory of a Libras teacher. It is an autobiography, based on the narrative of the life story. I often bring my presence declared in the first person, as I want to bring the readers closer, positioning myself in a place of speech that I experienced, thus making them accomplices in my reasoning, and my intention is to print my story without neutrality (OLIVEIRA, 2014). Thus, declaring that writing is an act of resistance, of a lot of struggle, accompanied by anguish, for revisiting places far from the past, remembering and at the same time warning, considering that my writing is the result of many stories and experiences of life. Being, in turn, immersed and soaked in knowledge that I was able to share and experience with many people, in moments of conviviality that walked with me, encouraging me, pointing out paths, collaborating, even those who see as were lent to me. Going through my training as a teacher, teaching moments, identifying with people with disabilities, until entering the doctorate degree and expanding my object of study to: Relations between Science and Mathematics Teaching and Social Minorities: Contributions of REAMEC Graduates.

Keywords: Childhood Reflections. Teacher Training. Professional performance.

¹ Mais informações acerca da autora: Mestre em Educação – PPGE/ UNIR & Pesquisadora no Grupo de Pesquisa em Formação de Professores e Ensino de Ciências. ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4005803664864239>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9054-5546>. E-mail: jusvsantos41@yahoo.com.

Resumo:

Este trabalho trata de um relato de experiência, cuja escolha pela temática da inclusão tem origem nas inquietações que se fizeram presentes no decorrer da trajetória pessoal e profissional de uma professora de Libras. Trata-se de uma autobiografia, a partir da narrativa da história de vida. Trazendo por diversas vezes minha presença declarada em primeira pessoa, pois desejo provocar uma aproximação com os leitores, me posicionando em um lugar de fala do qual vivenciei, tornando-os assim, cúmplices de meu raciocínio, sendo que minha intenção é imprimir a minha história sem neutralidade (OLIVEIRA, 2014). Sendo assim, declarando que escrever é um ato de resistência, de muita luta, acompanhado de angústias, por revisitar locais distantes do passado, lembrando e ao mesmo tempo alertando, considerando que, minha escrita é fruto de muitas vivências e experiências. Estando por sua vez, mergulhada e embebida de saberes que pude partilhar e vivenciar com muitas pessoas, em momentos de convívio que caminharam comigo, me incentivando, apontando caminhos, colaborando, até mesmo aqueles cujos ouvidos me foram emprestados. Percorrendo minha formação como professora, os momentos de docência, a identificação com as pessoas com deficiência, até adentrar no Doutorado e ampliar meu objeto de estudo para: Relações entre Ensino de Ciências e Matemática e Minorias Sociais: Contribuições dos Egressos da REAMEC.

Palavras-chaves: Reflexões da Infância. Formação Docente. Atuação Profissional.

1 INTRODUÇÃO

Este memorial tem como objetivo cumprir o requisito avaliativo de Estágio Docência do PPGECM/REAMEC (Polo UEA), no qual estou devidamente matriculada, trata-se de um trabalho com abordagem qualitativa, fundamentado na pesquisa autobiográfica, a partir da narrativa da história de vida. Dessa forma, é a partir de si que foi se construindo este texto, de suas vivências pessoais, construindo sentidos sobre o que se vive. Conforme Nakamura (2018, p.3):

Eu, pesquisadora, os produzo à medida que os interrogo, em que me lanço, e minhas criações são fundamentalmente históricas. Ao

historiografar produzimos novas imagens, novos mundos, narrativas que podem nos permitir pensar um futuro diferente.

Enquanto pesquisadora permito-me olhar para as pessoas e buscar compreender suas escolhas, perceber-me nesse processo, representar-me nesse tempo espaço, mesmo entrecortado, me coloco, mostrando as oportunidades que tive, meus silenciamentos e constrangimentos. Ressignificando os lugares que estive, as identidades que obtive nesse processo de formação e construir novos lugares de fala, lançando mão das “[...] noções de representações, reflexividade, construção do sentido, crenças e valores, a criar novas aberturas para o estudo do cotidiano, como lócus da ação social, o saber do senso comum e a diversidade cultural” (PASSEGGI, 2011, p. 9).

Rememorando minha trajetória foi possível detectar, ainda na infância, vivências que marcaram profundamente minha relação com a escola e os diferentes, discriminados das mais variadas formas e como isto imprimiu uma marca emocional que me levou a uma atuação em defesa de uma escola inclusiva. Depois de atuar muitos anos no ensino fundamental como professora de classes de apoio, tradutora e intérprete em sala de aula e na formação de professores quando se implantou no Brasil a educação inclusiva, venho atuando ultimamente no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA) em Humaitá/AM com a formação inicial dos acadêmicos de Libras nos cursos de licenciatura em: a) Ciências – Matemática e Física, b) Ciências –Biologia e Química, c) Letras e d) Pedagogia;no curso de Pedagogia, com o estágio de docência na educação infantil e no ensino fundamental, bem como orientações de trabalho de conclusão de curso (TCC)e na disciplina de Pressupostos e Fundamentos da Educação Especial.

Também tenho atuado em projetos de formação para Professores das escolas de educação básica de Humaitá, Projetos de Formação para Indígenas, Projetos de Extensão (PACE², PIBIC³ e PIBIT⁴), por intermédio das ações e eventos realizados no IEAA, em parceria com o Núcleo de Acessibilidade, SEMED, SEDUC e do Hospital Municipal⁵.

²Programa Atividade Curricular de Extensão - é uma modalidade de ação que acompanha o semestre letivo.

³Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

⁴ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

⁵Hospital Dra. Luiza da Conceição Fernandes

Neste documento trago as nuances enquanto um sujeito aprendiz da vida, incluindo aí detalhes de como esses aprendizados impactaram na minha vida, principalmente como discente.

Considerando a problemática que envolve a formação docente, percebemos a importância da prática formativa, pois o processo de ensino do acadêmico ultrapassou os muros da universidade. Trago aqui minhas memórias de uma pessoa que se considera uma aprendiz da vida, que sempre se dispõe a aprender e que aprende muito mais ao ensinar. “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE,1997). Baseia-se na consciência de ser docente que nos impulsiona a refletir sobre o nosso papel na sociedade, dentro de um modelo que nos leva a incluir, reconstruir saberes, implantar discussões significativas e iniciativas colaborativas.

2 REFLEXÕES DE UMA PROFESSORA FORMADORA NO ENSINO SUPERIOR

2.1 Início da caminhada

Ao refletir sobre minha trajetória docente, fui levada a rever minhas motivações, o que me levou a estudar sobre a Educação Especial no Brasil, o ensino de Libras e a Inclusão das pessoas com deficiência nos ambientes da sociedade, especialmente na escola. Essa motivação se inicia no município de Cacoal, estado de Rondônia quando meu irmão foi à escola regular em 1988 aos 6 anos: lembro-me que ele tinha comportamento diferente, não gostava de ficar em sala de aula, a professora tinha dificuldades em lidar com ele, as outras crianças riam de seu comportamento considerado inadequado e eu, sendo irmã, também passava por alguns constrangimentos: ele era chamado de “doidinho” e nós de “irmãs do doidinho”.

Quando ele foi transferido para outra escola para cursar a primeira série do ensino fundamental, não ficou muitos dias, até que o professor Raimundo Nonato percebeu que ele era diferente, e por ser assim não poderia estudar em uma escola regular, pois para estudar nessas escolas precisava ser considerado “normal”, as crianças que apresentavam alguma limitação ou dificuldade, eram transferidas para as escolas especiais. Lembro-me do dia que minha mãe foi chamada à escola e o professor informou que ali não era lugar para ele, que teria de estudar em uma escola própria para pessoas com retardo mental. Assim, ele era chamado “retardado”.

[...] os primeiros momentos da descoberta da deficiência pela família são bastante traumáticos. É um período vivido com grande dificuldade pela família, que se vê obrigada a tomar outros caminhos, diferentes daqueles planejados e implementados, com o intento de encontrar maneiras para encarar as novas situações impostas pela condição da criança (NEGRELLI; MARCON, 2005, p.101).

Meu irmão foi matriculado no Centro de Reabilitação Neurológica Infantil de Cacoal (CERNIC), uma entidade filantrópica que atendia pessoas excepcionais⁶, era a única opção de educação para pessoas com deficiência em Cacoal - RO na época. Essa instituição é regulamentada através da Portaria Interministerial do Ministério da Educação e Cultura⁷ (MEC) e do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS)n° 186, de 10 de março de 1978, que em meio aos objetivos gerais apresentados constava: “ampliar oportunidades de atendimento especializado, de natureza médico-psicossocial e educacional para excepcionais, a fim de possibilitar sua integração social” e “Proporcionar continuidade de atendimento a excepcionais, através de serviço especializado de reabilitação e educação...”.

Para nós, familiares que já éramos classificados e ao meu irmão, só confirmou o rótulo e nos aprisionou ainda mais. Lembro de ter de levá-lo até o ponto de ônibus todos os dias, de buscá-lo e dos comentários dos colegas que estudavam comigo ao vê-lo com o uniforme, das falas das outras crianças dizendo que ele era doido, retardado, mongol.

Não éramos convidados para aniversários, nossas festinhas de aniversário eram em casa, entre nós. Eu tinha uma amiga que brincava comigo escondida do pai, havia um pensamento por parte das pessoas sem conhecimento de que a deficiência poderia ser contagiosa. Os primeiros meses no CERNIC fizeram com que ele regressasse em alguns comportamentos, começou a agir diferente, gritava e corria em volta da casa, teve ecolalia, repetia várias palavras como se fosse autista.

⁶ Esse era o termo utilizado na época para referir-se a pessoas com alguma deficiência. Este documento foi modificado e o termo adotado, através da Portaria n° 2.344, de 03/11/2010. Daí veio, também, o uso oficial do termo pessoa com deficiência.

⁷ Em 1953 surge o Ministério da Educação e Cultura, com a sigla MEC. Porém em 1995, a instituição passa a ser responsável apenas pela área da educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171

A interação social permite que a criança se desenvolva, pois é nas relações e interações que as crianças desenvolvem suas habilidades, e por conviver especificamente com crianças que tinham um comprometimento maior, foi que meu irmão regrediu em alguns comportamentos.

Não são apenas barreiras físicas ou arquitetônicas que as pessoas com deficiência ou seus familiares encontram na sociedade, são barreiras veladas, fica subentendido entre algumas palavras, ações e olhares por um pré-conceito já enraizado, é estrutural. O fato de agir de forma diferente, ou de não aprender como as outras crianças, na mesma proporção, faziam com que os profissionais da educação fossem orientados a não atender essas crianças nas escolas regulares.

Ao estudar sobre os paradigmas históricos sobre as pessoas com deficiência ou que são diferentes, verificamos o primeiro destes paradigmas é o da Exclusão, surgiu na idade antiga: as pessoas com alguma diferença, ou que fossem consideradas anormais, não tinham o direito sequer à vida e eram abandonados.

A exclusão, caracterizada desde a antiguidade até o século XVIII, em que as pessoas ficavam abandonadas, em algumas culturas foram levadas à morte, tinham noções de invalidez e inutilidade (SANTOS, 2014, p.22).

Nessa época predominava a ideia de que pessoas com deficiência deveriam ser abandonadas, a abdicação era legitimada pela sociedade, era comum deixar alguma pessoa morrer por ser considerada um peso ou incapaz, era um ato validado e legitimado pela sociedade. Em muitas culturas mais isoladas esta prática ainda persiste, como no caso de alguns grupos indígenas no Brasil.

Posteriormente, temos o paradigma da Institucionalização, que durou do século XIX até o início do século XX, as pessoas com deficiência, alguma doença mental ou com doença considerada contagiosa: “Nas prisões, asilos ou hospitais psiquiátricos ficavam enclausurados os sujeitos marginalizados, doentes e deficientes, confinados a terem apenas atenção básica de abrigo, vestuário e alimentação (SANTOS, 2014, p.24). Estas instituições eram construídas bem longe dos povoados para que ficassem privados da liberdade, e ainda, para que não tivessem contato algum com a sociedade.

O terceiro paradigma é o da Integração (modelo médico), esse movimento começou na Europa e chegou ao Brasil na década de 1940, marcada pela luta da não segregação das pessoas com deficiência, baseada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), com direitos que são considerados inalienáveis, a partir da luta das famílias, depois de serem capacitadas, reabilitadas, elas eram reinseridas nos espaços considerados “normais”. O grande problema deste período de integração é que o indivíduo era responsabilizado por essa integração, ele que teria de adaptar-se à nova realidade. Ainda nas décadas de 1980 e 1990 no interior de Rondônia, havia a ideia de que as pessoas com deficiência deveriam participar de forma progressiva da sociedade, seguindo a Proposta Curricular para Deficientes Mentais Educáveis (1979). Dessa forma, aconteceu com meu irmão: ele ficou no CERNIC de 1989 até 1993, em 1994 foi transferido para a primeira sala especial na escola Cora Coralina. E nesta sala permaneceu por 3 anos, até ser transferido para uma sala regular na mesma escola, onde estudou por 2 anos.

Por ter convivido com essas situações, por essa busca de aceitação e normalização, sempre tínhamos que ter uma resposta quando perguntavam acerca do meu irmão, havia aquela mensagem de *bullying*, pelo fato dele não ser considerado normal, não era aceito e nem nós éramos por sermos da família. Logo, podemos dizer que a deficiência não é um problema para a família, conforme aponta Quadros (2000), é uma dificuldade, incapacitação ou ainda uma limitação para quem vê, pois está relacionada com a aceitação ou o preconceito.

Ter um filho com deficiência era um infortúnio, e ao mesmo tempo é uma descoberta traumática, uma vergonha, envolve diversos constrangimentos, ter que explicar para à essa ou àquela pessoa o que aconteceu. As famílias vivem o luto de ter esperado uma criança sem nenhum problema ou incapacidade, precisam se reorganizar.

Negrelli e Marcon (2006) descrevem que muitas famílias negam essa condição, e muitos vão buscar tardiamente atendimento ou ajuda de algum profissional. Isso faz com que as crianças com alguma deficiência tenham ainda mais dificuldade, pois quanto mais cedo buscarem apoio mais rápido as crianças desenvolvem, considerando que os estímulos permitem que as crianças adquiram habilidades físicas, sociais e até mesmo acadêmicas.

Havia uma cobrança enorme sobre a minha mãe, pois ela tinha de cuidar dos filhos, comparecer às reuniões, levá-lo ao neurologista em Porto Velho (479 km de distância) a cada seis meses, ele tomava medicações: Tegretol (utilizado para Epilepsia), Psicoglut (memorização deficiente) e Rivotril para mantê-lo calmo, ficava sonolento, brincava com um pouco de dificuldade, tinha dificuldade para falar palavras simples até a adolescência.

Cursei o magistério (1994/1996) porque me via como professora desde a infância, por ter convivido com pessoas com alguma deficiência sempre achei normal essa convivência e interação, embora fôssemos tratados com indiferença.

2.2 O fazer docente, aprender aprendendo

Em 2001 iniciei o curso de Pedagogia no Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná (CEULJI) da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) em Ji-Paraná/RO. Pois, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº 9394/1996 para lecionar ou fazer algum concurso precisaria ter cursado o nível superior.

Somente nos anos de 1990 é que o paradigma da Inclusão começa a ganhar força no Brasil, um marco acerca dos direitos das pessoas com deficiência frequentarem os espaços escolares nas mesmas condições está amparado na Declaração de Salamanca (1994). De acordo com Mantoan (2006) a inclusão é incompatível com o modelo da integração, pois prevê a inserção nas escolas regulares, de maneira radical, sistemática e sem exceções.

Seguindo diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE), e as diretrizes nacionais para a implantação da educação especial na educação básica, foi que a Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná, assinou um convênio com o MEC através do termo de Adesão ao Programa de Expansão e Melhoria da Educação Especial-BRA/00/026, para promover a inclusão, incluindo nas escolas espaços com Salas de recursos multifuncionais para atender alunos com deficiência matriculados na rede municipal:

Segundo as informações coletadas na Gerência da Educação Especial da SEMED, no ano de 2003, o Ministério da Educação em documento, sugeriu que a SEMED aderisse ao Movimento de Educação Inclusiva. Neste mesmo ano, as Secretarias Municipais de Educação firmaram um compromisso com o MEC, através da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Em 2004, a

Secretaria Municipal juntou-se a esse movimento. No mesmo ano a Psicopedagoga em Educação Especial Maria Cecília Correa Ribeiro foi convidada pela SEMED para assumir a coordenação da Educação Especial, inserindo em Ji-Paraná o movimento de Educação Inclusiva (SANTOS, 2014, p.80).

Por conta de ter sido aprovada em um concurso em 2000, em novembro de 2003 fui convocada para tomar posse como professora na prefeitura de Ji-Paraná. Na entrevista, a Gerente de Educação Especial me perguntou se eu tinha alguma experiência como professora de pessoas com deficiência, eu respondi que não como docente, mas sim com familiar. Então a gerente da educação especial, junto com a Secretária de Educação me informaram que eu seria professora da primeira Sala de Recursos Multifuncional (SRM) de Ji-Paraná. Em abril de 2004 a sala foi inaugurada na Creche Municipal Maria Antônia, trabalhava com alunos com Deficiência Intelectual, Surdez, Autismo e alguns alunos que não tinham laudo, ao todo eram doze alunos.

Os atendimentos eram estruturados seguindo as diretrizes do CNE na perspectiva da Educação Inclusiva, posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, bem como o atendimento educacional especializado (AEE), estando dessa feita, organizado em grupos de 2 até 5 alunos de acordo com a especificidade de cada criança, ou ainda de maneira individualizada quando percebia que a criança tinha dificuldade em responder aos comandos e estímulos quando havia mais crianças na sala de AEE.

Permaneci como professora de sala de recursos até 2014, no entanto, desde que assumi essa função sempre busquei formação para melhor atender aos alunos com alguma deficiência ou alguma limitação.



AEE para Deficiência Múltipla (Surdez e Def. Intelectual) Escola Paulo Freire - 2007



AEE com Surdos na Escola Parque dos Pioneiros- 2011



AEE com Surdos na Escola Jandineir Cella - 2012



AEE para Deficiência Múltipla (Surdez e Def. Física) Escola Irineu Desh - 2012

Fonte: Arquivo Pessoal (2007 - 2012)

Particpei de diversos cursos, seminários, eventos de curta ou longa duração. Tínhamos encontros regulares na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), pois a matrícula dos alunos com deficiência aumentava a cada semestre, e por isso outras salas de recursos foram inauguradas, a segunda foi em 2005 e depois houve uma demanda maior também Secretaria Estadual de Educação (SEDUC).

A inclusão das pessoas com deficiência percorre caminhos cheios de desafios para atender às diferenças na educação, dentre estes caminhos, foi possível averiguar que em Ji-Paraná existem 28 escolas da rede municipal, contando com 485 professores atuando, e nelas foram recebidos, no ano de 2013, um total de 147 alunos com deficiências. Estes alunos foram atendidos em 13 salas de AEE disponibilizadas em diferentes escolas. Quanto aos alunos surdos, foram encontrados nove alunos matriculados em cinco escolas (SANTOS, 2014, p.15).

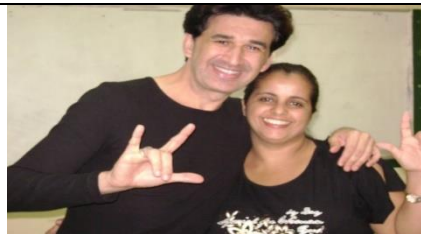
Tive oportunidade de fazer cursos sobre Surdo-cegueira na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em parceria com a Associação Educacional para Múltipla Deficiência de São Paulo (AHIMSA), ULBRA e SEMED. Cursos de Libras com professores

Surdos e ouvintes do Rio de Janeiro/RJ, Brasília/DF, São Paulo/SP, Fortaleza/CE, Curitiba/PR em parcerias entre a SEMED, I Igreja Batista e Faculdade Santo André (FASA). Também fiz cursos sobre autismo e estive no Congresso Nacional de Iniciação Científica (CONIC) em São Paulo (2004) para apresentar resultados do trabalho sobre a Sala de Recursos de Ji-Paraná.

Em 2008, fiz uma especialização em Libras e por conta dessa especialização comecei a trabalhar com formação de professores, em 2009. Na SEMED foram 14 cursos ministrados até 2014.



Curso sobre Surdo-Cegueira. Profª Dra Shirley Maia, da [AHIMSA](#) de São Paulo/SP - 2006



Curso Realizado pela Igreja Batista Filadélfia em Porto Velho/RO, Prof. Esp. Marco Arriens de Curitiba/PR - 2007



Pós-Libras na UNIRON em Porto Velho/RO - 2008



Curso Realizado pela SEMED com Prof. Surdo, Dr. Nelson Pimenta Prof. do INES do Rio de Janeiro - 2009



Seminário Realizado pela SEMED com recursos do MEC. Profª Dra Sandra Patrícia de Brasília/DF – 2010



Seminário em Rolim de Moura/RO. Parceria entre I Igreja Batista e SEMED com Profª Dr. Nilton Camara de Fortaleza/CE – 2010

Fonte: Arquivo Pessoal (2006 - 2010)

Estive como tutora do Curso de Pedagogia da UAB/UNIR de 2008 até 2011, por entender que o conhecimento como profissional faz-se necessário de forma continuada e atuando como tutora, tive a oportunidade de buscar aperfeiçoamento na área de ensino.

Em 2010 cursei da Especialização em Déficit Cognitivo e Educação de Surdos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS); de 2010 a 2011 fiz outra especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) pela Universidade Federal do Ceará (UFC/CE) e de 2011 a 2012 cursei outra Especialização em Tradução e Interpretação da Libras pela Faculdade Santo André (FASA) em Ji-Paraná/RO.

Trabalhei como professora itinerante de 2009 até 2013 visitando escolas que tinham surdos matriculados; atendia no AEE da Sala de recursos, onde trabalhei com 3 instrutores surdos. Na época realizávamos cursos básicos de Libras nas escolas que tinham surdos matriculados, a intenção era que todos participassem desde a merendeira, o vigilante, os docentes, pessoal administrativo, estendíamos também aos familiares dos surdos, para que todos viessem a se comunicar em Libras com esses alunos, também atuei como intérprete nos eventos que a SEMED realizava. Atuei também como intérprete de Libras em sala regular em 2014, na eram dois alunos surdos matriculados.



Curso Básico de Libras Escola Ruth Rocha - 2009



Curso de Libras na creche Maria Antônia -2009



Curso de Libras na SEMED - 2011



Curso de Libras Escola Irineu Dresh -2012

Fonte: Arquivo Pessoal (2009-2014)

Além de participar como pesquisadora e membro do Grupo de Estudo Interativo e Pesquisa em Educação Inclusiva (GEIPEI) de 2011 a 2013, fui colaboradora das pesquisas do Observatório Municipal de Educação Especial de Ji-Paraná (OMMES) de 2011 até 2013.

Atuei como professora de Libras na FASA de 2011 a 2015 em cursos de especialização, participando de bancas de Especialização desde 2013. Por intermédio da FASA, desde 2011, junto com pessoas militantes da causa surda, engajadas no movimento que luta por melhores condições de ensino aos surdos, organizei diversos Seminários de Capacitação para os profissionais da Educação que atuam com alunos surdos. Os Seminários foram: LIBRAS em Contextos I e II, Técnicas de Tradução e Interpretação da LIBRAS, Introdução à Tradução e Interpretação, Técnicas Corporais Aplicadas à Língua de Sinais.



Libras em Contextos, pela FASA. Prof. Esp. Surda Sueli Ramalho São Paulo/SP - 2012



Especialização de Tradução e Interpretação da Libras pela FASA, com Prof. Dr. Nilton Câmara Fortaleza- CE - 2012



Especialização de Tradução e Interpretação da Libras – FASA, com Prof. Esp. Hélio Fonseca de São Paulo - 2013



Seminário de Linguística aplicada a Libras, pela FASA, com Prof.^a Dra. Sandra Patrícia de Brasília/DF - 2014

Fonte: Arquivo pessoal (2012- 2014)

Em 2012, a SEMED proporcionou aos Instrutores Surdos e a pesquisadora uma visita às escolas do Distrito Federal no intuito de conhecer as práticas pedagógicas do local. Visitamos também a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

(FENEIS)em Brasília, que era coordenado na época pelo Prof. Surdo Messias Ramos.



Presidente da FENEIS, Brasília/DF- 2012



Passeata com Surdos do Brasil - 2012



Visita a Escola Bilíngue em Taguatinga/DF - 2012



AEE de Língua Portuguesa para Surdos Taguatinga/DF- 2012

Fonte: Arquivo Pessoal (2012)

Neste mesmo período, tivemos a oportunidade de participar do movimento dos surdos de todo o país, pedindo mais escolas bilíngues para Surdos, esse movimento veio a culminar numa passeata em Brasília (aonde ocasionalmente tinha ido para conhecer o atendimento educacional especializado para alunos com surdez), solicitando políticas públicas que contemplassem a educação dos surdos com escolas bilíngues, como se observa no relato abaixo:

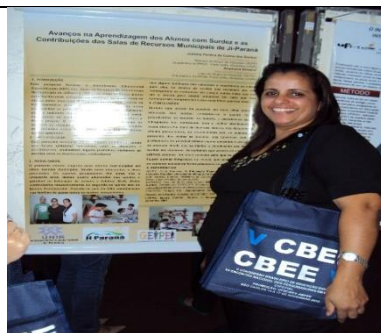
No dia 24 de abril, os três professores participaram ativamente, durante todo o dia, das atividades que aconteceram na Esplanada dos Ministérios, em comemoração aos 10 anos da Lei de Libras, dirigida pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, líder do Movimento Nacional em Favor da Educação e Cultura Surda, na luta da implantação de Escolas Bilíngues Libras e Língua Portuguesa, em todo o Brasil (NASCIMENTO⁸, 2012, p.1).

⁸ Dra. Sandra Patrícia Faria do Nascimento, atualmente é professora efetiva na UNB e foi professora da primeira escola bilíngue de Taguatinga- DF, escreveu o relatório da visita em Brasília,

Em 2012, ao cursar o Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Estado de Rondônia (UNIR), meu projeto de pesquisa também foi na área de Surdez, durante o mestrado tive a oportunidade de apresentar minha pesquisa no V Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), em 2013 no Seminário Internacional Inclusão em Educação: Universidade e Participação 3, organizado pelo Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e a Diversidade em Educação (LaPEADE), da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também tive a honra de conhecer o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que é referência nacional, pois foi no Rio de Janeiro em 1857 que foi fundado este instituto sendo vinculado ao MEC.



Cerimônia de Abertura do CBEE ao lado da Eniceia Mendes, Professora da UFSCAR e referência na Área da Educação Especial (2012)



Apresentação do Banner (2012)



Seminário Internacional Inclusão em Educação na UFRJ (2013)



Visita ao INES (2013)

Fonte: Arquivo Pessoal (2012 - 2013)

Particpei também de eventos em Porto Velho pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) em 2012, no IEAA em Humaitá em 2013, em todos apresentei trabalhos, sendo assim, minha defesada

para que fosse entregue na SEMED, com a finalidade de comprovar as atividades realizadas naquela semana, tendo nos encaminhado por e-mail este relato.

dissertação foi em 2014 com o tema: Os Desafios da Formação Docente na Aprendizagem dos Alunos com Surdez na Rede Municipal de Ji-Paraná/RO⁹.

Em 2013, fizemos uma passeata no dia do Surdo, reivindicando intérpretes em salas de aula, melhores condições para os alunos surdos matriculados nas escolas municipais, considerando que faltava concursos para intérpretes e que os surdos estavam sendo prejudicados no ensino por não conseguirem aprender em língua de sinais os conteúdos.



Passeata em Ji-Paraná - 2013

Fonte: Arquivo Pessoal (2013)



Passeata em Ji-Paraná - 2013

Enquanto estive na coordenação dos Curso de Libras da SEMED tive a oportunidade de ministrar cursos e palestras em vários municípios a convite de outras Secretarias de Educação, sendo em Costa Marques, São Domingos distrito de Costa Marques, São Francisco, Vale do Anari, Urupá, Mirante da Serra e Cacaulândia.



Curso Básico de Libras em Costa Marques

- 2010



Curso Básico de Libras em São Domingos

- 2010

⁹O arquivo encontra-se disponível no Repositório da UNIR: <https://ri.unir.br/ispui/handle/123456789/1448>



Oficina Pedagógica em Urupá - 2013



Oficina Pedagógica em Urupá - 2013

Fonte: Arquivo Pessoal (2010 - 2013)

Ministrei a disciplina de Libras no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) em Ji-Paraná em 2011 e no curso de Pedagogia da Faculdade Panamericana de Ji-Paraná (UNIJIPA) em 2011 e 2013. Trabalhei com a Disciplina de Libras no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) no curso de auxiliar comercial com menores aprendizes.



Curso de Libras no SENAC - 2011



Disciplina de Libras no Curso de Pedagogia UNIJIPA - 2013

Fonte: Arquivo Pessoal (2011-2013)

Depois de todos esses anos em Ji-Paraná trabalhando como professora da rede municipal na educação inclusiva, e após cursar o mestrado, almejando novas possibilidades, me inscrevi para um concurso no sul do Amazonas, o processo seletivo foi realizado em junho de 2014, finalizei o ano em Ji-Paraná, e para minha surpresa em janeiro de 2015 fui convocada a tomar posse no IEAA/UFAM.

2.3 Início da Docência em Humaitá no sul do Amazonas

Em 2015, fui convocada por intermédio de concurso público para trabalhar no IEAA, sendo lotada no colegiado de Pedagogia e na universidade ministrei a disciplina de Libras nos cursos de Licenciatura em Ciências – Biologia e Química, Letras, Pedagogia, Ciências – Matemática e Física, por 31 vezes até 2018; ministrei a

disciplina de Pressupostos e Fundamentos da Educação Especial 5 vezes no curso de Pedagogia; e acompanhei estágio supervisionado na Educação Infantil nas escolas municipais de Humaitá/AM no curso de Pedagogia foram 3 vezes. Orientei TCC por 8 vezes sendo que foram orientados 13 discentes, todos eles sobre surdez ou sobre temas relacionados à educação inclusiva.



IEAA - 2015



Primeira Disciplina de Libras no IEAA - 2015



Apresentação de TCC (2017)



Encerramento da Disciplina de Educação Especial (2017)

Fonte: Arquivo Pessoal (2015- 2017)

Ministrei a Disciplina de Educação Especial II no PARFOR em Humaitá/AM no mês de junho de 2015, e posteriormente a Disciplina de Libras em Manicoré/AM no mês de janeiro de 2016. Atuei como Membro da Comissão de TCC em 2018, Membro do Comitê de Extensão (COMEXI) em 2017-2018; fui Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade do IEAA/UFAM em Humaitá/AM de novembro de 2015 a janeiro de 2019 e Membro e pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos e Educação (NEPDHE) em 2018.

Estou vinculada como Pesquisadora nos Grupos: A) Grupo Práxis da UNIR em Porto Velho/RO desde 17/01/2014, B) Grupo de Pesquisa Sobre Relação Educativa e Aprendizagem do Laboratório de Avaliação Psicopedagógica, Educacional e Histórico-Cultural da Amazônia (LAPESAM) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) no IEAA em Humaitá/AM. Vinculada como estudante nos Grupos: A) Estudo e Pesquisa em Formação de Professores para a Educação em

Ciências na Amazônia (GEPEC) da UEA em Manaus/AM desde 14/04/2019 e B) Laboratório de Ensino de Ciências (EDUCIENCIA) da UNIR em Porto Velho/RO desde 14/11/2019.

Participei como orientadora de 2 projetos de PIBIC, o primeiro de agosto de 2015 a julho de 2016: Atendimento Educacional Especializado: conhecendo a inclusão de alunos com deficiência da rede estadual do município de Humaitá- AM. O Segundo de agosto de 2016 a julho de 2017: Salas de Recursos Multifuncionais: contribuições na Inclusão de Alunos com Deficiência. Além disso orientei 2 projetos de PIBIT, de agosto de 2015 a julho de 2016: LIBRAS: como recurso tecnológico para o ensino de alunos surdos incluídos nas escolas municipais de Humaitá/AM e Vídeo- Aulas de LIBRAS como Estratégias de Ensino no AEE de Alunos Surdos.

Foram 4 projetos no Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE) em 2016, 3 em 2017 e mais 4 em 2018. Atuei como coordenadora e ministrante em 3 projetos de formação continuada, consistindo o primeiro Projeto de formação continuada para docentes da educação básica na perspectiva da Inclusão, tendo como vice coordenadora a Prof.^a Doutora Eulina Nogueira, em 2018.

O objetivo de todas essas ações, cursos, encontros, e seminários era propiciar momentos de interação em Libras, do mesmo modo, acerca das demais deficiências, trabalhando com estratégias de sensibilização, recursos de intervenção e acessibilidade, tendo em vista que há diversos alunos com alguma deficiência incluídos nas escolas regulares no município de Humaitá/AM.

Percebidurante as aulas, pelos relatos dos discentes ao participarem dos estágios nas escolas, que precisavam dessa formação inicial, que queriam obter mais informações e esclarecimentos sobre como atender essas crianças, o que fazer para melhor inseri-los nas aulas, pois sentiam-se despreparados para atender aos alunos com alguma deficiência.

Após iniciar os projetos, começamos a ouvir os relatos dos profissionais da educação, estes informavam que não tiveram formação para atender pessoas com deficiência. Por meio das pesquisas, dos relatos da comunidade local e da solicitação da SEMED percebemos a carência de formações para que aprendessem mais sobre a Língua de Brasileira de Sinais, conforme a Lei 10436/2002, que a reconhece como língua da comunidade surda, compreendendo essa necessidade propomos executar através dos encontros semanais o

ensino e difusão da mesma cumprindo exigências do Decreto 5.626/2005.

O segundo Projeto de Formação para Profissionais da Educação e da Saúde - Adolescer no Mundo Atual: Comportamentos auto lesivos na Contemporaneidade em parceria com a Psicóloga do Hospital Municipal Vanessa Pereira e o Psicólogo das Escolas Municipais Ulisses Costa também em 2018. Por atuar no Núcleo de Acessibilidade a Psicóloga nos procurou informando que havia muitos casos de crianças e adolescentes em situação de risco, com comportamentos auto lesivos. A forma de abordar a temática na escola seria procurar a SEMED, descobrimos que havia somente um psicólogo para toda a rede, dessa forma, nasceu o projeto na intenção de conscientizar os professores, profissionais da educação e familiares para os procedimentos de acolhimento e encaminhamento que deveriam ser feitos.

E o terceiro projeto de Formação Para Profissionais de Educação Indígena: Práticas para o Ensino de Libras realizado em 2018 em duas etapas. O diretor de uma escola da Etnia Parintintin nos procurou pedindo apoio, pois tinham uma aluna surda na comunidade e desejavam aprender Libras para se comunicar com ela. prontamente me identifiquei com a causa, me dispus a fazer a formação em duas etapas, os atendia pela manhã de forma individualizada no Núcleo de Acessibilidade, no período da tarde para aproveitar que eles tinham se deslocado da aldeia eles participavam do projeto de extensão com alunos do IEAA/UFAM e professores. Sendo assim, havia interação com os outros cursistas.



Formação com os Indígenas Parintintin - 2018



Projeto de Extensão com comunidade Indígena, Professores e Discentes do IEAA/UFAM - 2018

Fonte: Arquivo Pessoal (2018)

Organizei os eventos I Seminário Libras é Legal, sua importância e abrangência no contexto educacional em abril de 2016 em alusão ao dia da Libras, II Seminário Libras é Legal, sua importância e abrangência no contexto educacional, realizado em setembro de 2016, para comemorar o dia do surdo. O III Seminário Libras é Legal, sua importância e abrangência no contexto educacional (2017), 1 Colóquio: Disseminação da Libras e Inclusão do Surdo (2018) I Seminário Inclusão e Acessibilidade (2018) todos em parceria com o Núcleo de Acessibilidade do IEAA do qual fui coordenadora até janeiro de 2019.

Dessa articulação com os discentes que tive a grata satisfação de orientar e coordenar diversos eventos, minicursos e publicar com os discentes nossas experiências, foram publicados 04 artigos em periódicos, 2 capítulos de livros e 16 artigos em anais de eventos.

Participei com alunos em Porto Velho de 2 eventos, sendo I Colóquio: Pesquisas atuais na área de Surdez em 2015 na UNIR, o segundo evento no 1º Seminário em Comemoração ao Dia Nacional da LIBRAS: Conquistas e desafios nos 13 anos da Lei de LIBRAS em 2015 na UNIRON. Apresentamos 05 trabalhos em Rolim de Moura no VII Seminário de Educação, também em 2015. Apresentei 01 trabalho em Boa Vista IV Seminário Nacional de Acessibilidade e Inclusão em 2015.



Evento sobre Acessibilidade com Presidente do Núcleo de Acessibilidade da UFAM, Prof. Dr. Rento Brandão em Boa Vista/RR - 2015



Confraternização do Núcleo de Acessibilidade em Manaus 2015

Jusiany Pereira da Cunha dos Santos– **Relato e Reflexões de uma Professora de Libras no Ensino Superior**



Colóquio sobre Surdez na UNIR – Porto Velho/RO (2015)



EDUCERE Curitiba/PR (2015)



SED – UNIR em Rolim de Moura -2015

Fonte: Arquivo Pessoal (2015 - 2017)



Seminário na UCDB campo Grande/MS (2017)

Participei de um evento em Curitiba na PUC no EDUCERE (2015), em Campo Grande na UCDB no II Seminário do Observatório da Educação(2017), do Fórum Internacional sobre a Amazônia em Brasília (2017), 25° SEMIEDU em Cuiabá (2017).

Participei de vários eventos em Humaitá- AM sobre a Semana da Pedagogia (2016), II Mostra de História da Educação (2017), foram no total 18 participações com discentes, e 19 apresentações de palestras com minicursos e oficinas.



Seminário Semana da Pedagogia (2016)



III Seminário Libras é Legal (2017)



Seminário Inclusão e Acessibilidade (2018)



Colóquio sobre Surdez (2018)

Fonte: Arquivo Pessoal (2016 - 2018)

Em 2017, participei da seleção na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) do PPG em Educação, no município de Campo Grande/ MS, com o projeto Pontos e contrapontos na formação de professores para atuar na educação inclusiva: um estudo sobre o AEE de alunos com surdez nas escolas públicas do sul do Amazonas, no entanto ao participar de todo o processo seletivo que compreende prova escrita, prova de proficiência, avaliação do projeto de pesquisa e entrevista, fiquei na suplência e não fui convocada.

Em 2018, me inscrevi para o processo seletivo da Universidade Federal do Paraná (UFPR) no PPG em Educação, em Curitiba/PR com o Projeto de Pesquisa: Práticas Docentes: Entre ações e vozes dos Professores de AEE sobre a Inclusão de Alunos com Deficiência em Humaitá/AM. Realizei a prova escrita, fui aprovada, meu projeto também foi aprovado, porém a entrevista seria no mesmo dia da entrevista do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Educação Matemática (PPGECM) da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC), optei por participar da entrevista da REAMEC, pois verifiquei que teria maiores chances de ser aprovada e por acreditar que o programa me daria melhores oportunidades de cursar por conta do cronograma das disciplinas ser mais flexível.

Sendo assim, em 2018 participei da Seleção do PPGECM – REAMEC com o Projeto de Pesquisa: Mulheres no Ensino de Matemática e Física: Pontos e Contrapontos sobre suas Trajetórias e Formação, e tendo sido aprovada, as aulas iniciaram em 21 de janeiro de 2019 no Polo de Manaus/AM, cumprindo os créditos com disciplinas obrigatórias, disciplinas obrigatórias da linha de pesquisa, disciplinas eletivas. Conforme o regimento do programa de forma modular nos

meses de janeiro a março, em junho e julho e por último em outubro e novembro de 2019.

Em março de 2019 recebemos da Coordenação do PPEGECM / REAMEC adesignação dos orientadores, fiquei sob a orientação da Prof.^aDra.Maria Clara da Silva Forsberg que perdurou até agosto de 2019 quando solicitei através de requerimento a mudança de orientação, com anuência da Prof.^a Maria Clara, por motivo de divergência de linha teórica e grande dificuldade de entrosamento nas orientações. O pedido foi aceito em reunião do colegiado do PPGECEM e em setembro de 2019, comecei a ser orientada pela Prof.^a. Dra. Elizabeth A.L.M. Martines. Com a troca de orientadora mudou também meu projeto de pesquisa, para:Relações entre Ensino de Ciências e Matemática e Minorias Sociais: Contribuições dos Egressos da REAMEC.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Por conseguinte, marchando para as conclusões a respeito das reflexões como docente, percebendo que esta pesquisa ainda em fase de escrita de tese, atende minhas expectativas enquanto discente do programa, uma vez que, o interesse pelo tema da inclusão de minorias sociais se produz por acreditar que a realização desse estudo poderá,além deresponder às questões propostas, fomentar discussões sobre as minorias sociais nas universidades, assim como na pós-graduação.

Levando em conta que, ao relatar experiências acerca das minorias e fomentar essas discussões, podemos dar visibilidade a questões silenciadas, por se tratar de grupos de pessoas que de algum modo, em algum setor das relações sociais se depara numa condição de dependência ou desvantagem em relação a outro(s) grupo(s), sendo que o grupo "maioritário" pode possuir um número inferior de indivíduos, em que ambos são parte integrante de uma mesma sociedade (CHAVES, 1971).

Como parte do componente curricular Estágio de Docência do PPGECEM da REAMEC, e com anuência e supervisão da orientadora, organizei este memorial contendo reflexões de minha trajetória enquanto professora formadora.

A realização desse memorial se caracteriza como ressignificação das identidades pelas experiências adquiridas no

caminhar, se reconfigura como movimento de resistência, em situar-me como mulher, como professora engajada acerca das causas sociais, como questionamento dentro de uma trajetória, costurando e dando sentido às experiências vividas, motivada desde a minha infância, pelas convivências que forjaram minha percepção acerca das minorias, pelejando com pessoas rejeitadas, excluídas e segredadas, por entender que todos temos o direito de estudar, trabalhar e ocupar os espaços da sociedade.

Estas inquietações que estiveram presentes desde os estudos na graduação, me acompanharam nas especializações, até chegar na pós-graduação *stricto sensu*, no exercício das atividades de pesquisadora e na condição de atuar com a formação de discentes na graduação e dos professores da rede básica de ensino em Ji-Paraná/RO e Humaitá/AM. A esse respeito encontramos embasamento em Santos, Estebam e Martins (2018, p.5):

Referente a formação do educador desde sua graduação até o doutorado, no caso de universidades públicas, buscar a trajetória e os caminhos percorridos, os contextos sociais, políticos e econômicos desse profissional e o que causou a sua decisão em percorrer esse caminho, faz parte dos passos em como se realiza uma pesquisa (auto)biográfica.

Dessa forma, buscamos a valorização, a identificação do diferente perante a coletividade, vislumbrando que há a necessidade de se inserir esse debate desde a educação básica até as a pós-graduação nas instituições de ensino superior. Por perceber a necessidade de ampliar os estudos acerca da inclusão das minorias sociais não apenas na educação, mas também na sociedade, no mercado de trabalho, em comunidade, entendo a relevância da pesquisa ao apontar as contribuições que os egressos do PPGECM da REAMEC estão proporcionando acerca desta temática, especialmente da turma 2015, que poderá dar sugestões para que o curso seja aperfeiçoado, e por sua vez, averiguar os possíveis impactos positivos na região amazônica.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução° 04 de 02 de outubro de 2009**. Diretrizes Operacionais do atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Modalidade Educação Especial. In: BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político- Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2010.
- _____. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica**, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2002.
- _____. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais Secretaria de Educação Especial. MEC: Brasília. 1994.
- _____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília, 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf. Acesso em 12 mar 2021.
- _____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais –LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20042006/2005/decreto/d5626.htm , Acesso em 10 de jan 2020.
- _____. Estatuto da Igualdade Racial. **Lei 12.288 de 20 de julho de 2010**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei 9394). Ministério da Educação. Brasília, DF. 1996.
- _____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Língua Brasileira de Sinais –LIBRAS. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm . Acesso em 20 abr 2020.
- _____. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2015.
- _____. **Portaria Interministerial n.º 186**, de 10 de março de 1978. MEC/MPAS. Brasília, 1978.
- _____. **Proposta curricular para deficientes mentais educáveis** – Manual do Professor. Brasília: MEC, Departamento de Documentação e Divulgação, 1979.
- _____. **Resolução CNE / CEB 2/ 2001**. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> , Acesso em 20 abr 2020.
- _____. **Termo de Adesão**. SEESP/MEC. Programa de Expansão e Melhoria da Educação Especial- BRA/00/026. Brasília, 2004.
- CHAVES, L.G. Mendes. Minorias e seu Estudo no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**. Volume 2, número 1, 1971.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a pratica educativa**. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como Fazer**. 2.ed. – São Paulo: Moderna, 2006
- Nakamura, Maria Eliza Furquim Pereira. Uma proposta de análise de pesquisa em História Oral: narrativas de narrativas e a “Frisa do Tempo” nos Ginásios

Vocacionais. **Quarto Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática**. Campo Grande – MS. 14 a 17 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/ENAPHEM/article/download/7964/5674/>>.

Acesso em 10 mai. 2021.

NASCIMENTO, Sandra Patrícia F. do. **Relatório: Professores de Ji-Paraná em Visita a Brasília**, Taguatinga - DF:2012, p.1-3.

NEGRELLI, Maria Elizabeth Dumont; MARCON, Sonia Silva. **FAMÍLIA E CRIANÇA SURDA. Ciência, Cuidado e Saúde Maringá**, v. 5, n. 1, p. 98-107, jan./abr. 2006.

OLIVEIRA, S.F. As vozes presentes no texto acadêmico e a explicitação da autoria.

Revista Eletrônica Pedagogia em Ação. PUC – Minas Gerais. **v. 6 n. 1. 2014**.

Disponível

em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/9182>>. Acesso em:

10 jun. 2021.

PASSEGI, M. C.; SOUZA, E.C. de; VICENTINI, P.P. Entre a vida e a formação: pesquisa (auto) biográfica, docência e profissionalização. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.27, n.1, p.369-386, abr. 2011. Disponível em:

<http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/6461/art_VICENTINI_Entre_a_vida_e_a_formacao_pesquisa_2011.pdf?sequence=1> . Acesso em: 14 de mai. 2021.

QUADROS, E. C. de. **O ambiente familiar e as condições de acesso das crianças surdas à língua de sinais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Especial Infantil e Fundamental) –Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2000.

SANTOS, J.M.O.; ESTEVAM, R.A.; MARTINS, T.M.; Pesquisa (Auto)Biográfica.

Revista Ensaios Pedagógicos (Sorocaba), vol.2, n.1, jan./abr. 2018, p. 45-53.

Disponível

em:

<<http://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/download/64/102#:~:text=De%20maneira%20espec%C3%ADfica%2C%20a%20pesquisa.social%20em%20que%20est%C3%A3o%20situados>>. Acesso em 20 mai. 2021.

SANTOS, Jusiany Pereira da Cunha dos. **Os desafios da formação docente na aprendizagem dos alunos com surdez da rede municipal de Ji-paraná-RO**.

Dissertação mestrado. PPGE - Unir Porto Velho/RO, 2014.